



Comitê de Governança Institucional (CGI) - 3ª Reunião Ordinária de 2024

Data: 22 de novembro de 2024

Local: RFB - Esplanada dos Ministérios, bloco P, 7º andar.

Presentes:

Adriana Gomes Rego	Secretária Especial Adjunta
Juliano Brito da Justa Neves	Subsecretário de Gestão Corporativa
Claudia Regina Leão do Nascimento Thomaz	Subsecretário de Administração Aduaneira
Andrea Costa Chaves	Subsecretária de Fiscalização
Mario Jose Dehon São Thiago Santiago	Subsecretário de Arrecadação, Cad. e Atendimento
Rodrigo Augusto Verly de Oliveira	Subsecretário de Tribut. e Contencioso Substituto
Antônio Henrique Lindemberg Baltazar	Superintendente da 1ª Região Fiscal
José Pereira de Barros Neto	Superintendente da 2ª Região Fiscal
Ricardo Antônio Carvalho Barbosa	Superintendente da 3ª Região Fiscal
Darci Mendes de Carvalho Filho	Superintendente da 4ª Região Fiscal
Francisco Lessa Ribeiro Junior	Superintendente da 5ª Região Fiscal
Michel Lopes Teodoro	Superintendente da 6ª Região Fiscal
Claudiney Cubeiro dos Santos	Superintendente da 7ª Região Fiscal
Márcia Cecília Meng	Superintendente da 8ª Região Fiscal
Marcio Luiz Zamian	Superintendente-Adjunto da 9ª Região Fiscal
Altemir Linhares de Melo	Superintendente da 10ª Região Fiscal
Rosane Faria de Oliveira Esteves	Secretaria-Executiva do CGI (Copav)
Jaime David Durra	Secretaria-Executiva do CGI (Copav)
Lucas Gomes Palhares	Secretaria-Executiva do CGI (Copav)

A Secretária Especial Adjunta fez a abertura da reunião, que foi realizada na sequência da reunião do Comitê de Gestão de Riscos.

A pauta única foi a estratégia para distribuição de novos servidores. A Sra. Márcia falou sobre a necessidade de se definir, antecipadamente, critérios para alocação dos futuros servidores (excedentes do último concurso).

O Sr. Juliano encaminhou o último estudo sobre distribuição de servidores por processo de trabalho e pediu para os participantes avaliarem a metodologia utilizada. Foi feita a consideração de que a distribuição de servidores deve levar em conta a estratégia da organização. Ao final, o Sr. Juliano destacou que, para fins de alocação, será considerada a unidade de exercício dos servidores e não sua unidade de localização física.

Os membros do Comitê farão suas análises e o assunto será retomado posteriormente.